

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: EM BUSCA DA REPÚBLICA > 11

ASSOCIAÇÕES REPUBLICANAS DOS HOMENS LIVRES DE COR > 21

*Petrônio Domingues*

CABANAGEM (1835-6) > 31

*Magda Ricci*

CÂMARAS MUNICIPAIS NO BRASIL (SÉCULOS XVII E XVIII) > 38

*João Fragoso*

CANUDOS (1893-7) > 46

*Marcela Telles*

CONJURAÇÃO BAIANA DE 1798 E REPÚBLICA BAHINENSE > 53

*Patrícia Valim*

CONJURAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1794) > 60

*Gustavo Henrique Tuna*

CONJURAÇÃO MINEIRA (1789) > 67

*Kenneth Maxwell*

CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS (1891 E 1934) > 75

*Oscar Vilhena*

CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS (1946 E 1988) > 86

*Conrado Hübner Mendes*

DESPOTISMO E REPÚBLICA > 97

*Patrícia Reis*

**DIREITOS: DE INDIVÍDUOS A CIDADÃOS > 103**

*Maria Tereza Aina Sadek*

**EXPERIÊNCIA CAMPONESA DE FORMOSO E TROMBAS (1950-64) > 113**

*Pauliane de Carvalho Braga*

**GÊNERO E O BRASIL REPUBLICANO > 123**

*Maria Filomena Gregori*

**HAITIANISMO NO BRASIL > 133**

*Flávio Gomes*

**ICONOGRAFIA DA REPÚBLICA > 141**

*Lilia Moritz Schwarcz*

**IGUALDADE, DEMOCRACIA E CIVILIDADE > 149**

*Marco Aurélio Nogueira*

**IMPrensa REPUBLICANA NO BRASIL (SÉCULO XIX) > 156**

*Marcello Basile*

**INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL > 163**

*Angela Alonso*

**INTERESSE E BEM COMUM > 172**

*Paula Mendes Lima*

**JUSTIÇA E GOVERNO DAS LEIS NO REPUBLICANISMO > 181**

*Celso Lafer*

**LETRADOS E REPÚBLICA NO BRASIL > 191**

*Heloisa Murgel Starling*

**LIBERDADE: VIDA ÉTICA E AÇÃO POLÍTICA > 198**

*Marilena Chaui*

**MATRIZ CONTEMPORÂNEA > 207**

*Newton Bignotto e Heloisa Murgel Starling*

**MATRIZ FRANCESA > 214**

*Milton Meira do Nascimento*

**MATRIZ HAITIANA > 220**

*Lilia Moritz Schwarcz*

**MATRIZ INGLESA > 229**

*Alberto Ribeiro Gonçalves de Barros*

MATRIZ ITALIANA > 237  
*Gabriel Pancera*

MATRIZ NORTE-AMERICANA > 244  
*Cristiano Paixão e Renato Bigliuzzi*

ORIGENS: *LIBERTAS* > 253  
*Cicero Araujo*

ORIGENS: *POLITEIA* > 259  
*Sérgio Cardoso*

PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA > 269  
*Luís Falcão*

PATRIMONIALISMO BRASILEIRO > 276  
*André Botelho*

PENSAMENTO REPUBLICANO NO SEGUNDO REINADO (1840-89) > 283  
*José Murilo de Carvalho*

PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930); REPÚBLICA OLIGÁRQUICA > 290  
*Cláudia Viscardi*

RELIGIÃO E LAICIDADE > 299  
*Ronaldo de Almeida*

REPÚBLICA DIGITAL > 306  
*Ronaldo Lemos*

REPÚBLICA JULIANA (1839) > 314  
*Gustavo Marangoni Costa*

REPÚBLICA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO > 321  
*Matias Spektor*

REPÚBLICA POSITIVISTA DE JÚLIO DE CASTILHOS (1891) > 329  
*Hélgio Trindade*

REPÚBLICA RIO-GRANDENSE (1836-45) > 336  
*Alessandro de Almeida Pereira*

REPUBLICANISMO E QUESTÃO RACIAL > 343  
*Silvio Luiz de Almeida*

REPUBLICANISMO NA CANÇÃO POPULAR BRASILEIRA > 349  
*Bruno Viveiros Martins*

REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817 > 359

*Evaldo Cabral de Mello*

SABINADA (1837) > 369

*Keila Grinberg*

SEDIÇÕES DE OLINDA (1710) E VILA RICA (1721) > 375

*Junia Ferreira Furtado*

SEGUNDA REPÚBLICA (1946-64): REPÚBLICA LIBERAL-DEMOCRÁTICA > 382

*Angela de Castro Gomes*

SENTIDO REPUBLICANO DA AMIZADE > 390

*Pedro Duarte*

TERCEIRA REPÚBLICA NO BRASIL (1988-): REPÚBLICA DEMOCRÁTICA > 399

*Sérgio Abranches*

TIRANIA E REPÚBLICA > 407

*Newton Bignotto*

TOTALITARISMO E REPÚBLICA > 414

*Helton Adverse*

VÍCIOS DA REPÚBLICA > 423

*Fernando Filgueiras*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS > 431

SOBRE OS AUTORES > 451

ÍNDICE REMISSIVO <A VIR> > 459

# REPÚBLICA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

*Matias Spektor*

ESTE VERBETE EXPLORA A CONEXÃO ENTRE O NASCIMENTO DA República no Brasil e as revoluções transnacionais que varreram o mundo desde a Queda da Bastilha, em 1789, até a deflagração da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Seu objetivo é iluminar um aspecto do nosso experimento republicano que raramente recebe a devida atenção: a relação íntima entre República e globalização.

A ideia central é simples. Um conjunto de transformações radicais, originadas além de nossas fronteiras, contribuiu para o declínio de dois pilares que legitimavam a política brasileira: a religiosidade e a autoridade dinástica. Tais revoluções tiveram o efeito cumulativo de quebrar o elo outrora firme entre a soberania e os títulos nobiliárquicos da Coroa imperial. Além disso, propagavam três ideologias — liberalismo, socialismo e racismo “científico” — e apresentavam dois modelos de gestão — o capitalismo industrial e a governança regional. Neste ensaio, oferecemos um panorama da influência dessas transformações e da expressão prática que tiveram no processo que levou à Proclamação da República em 1889.

Começamos pelo liberalismo. A difusão global da ideologia liberal introduziu no Brasil do século XIX as ideias radicais de que o fim da ação política deveria ser a promoção das liberdades individuais (inclusive o direito ao voto) e de que o livre-comércio entre as nações, sem as velhas preferências coloniais de Portugal e da Grã-Bretanha, abriria caminho para a

R

321

DICIONÁRIO DA  
REPÚBLICA

REPÚBLICA  
NA ERA DA  
GLOBALIZAÇÃO

afluência econômica. Enfatizando o papel do esforço individual e da meritocracia, essa filosofia enfraquecia a velha tese segundo a qual a linhagem familiar seria o melhor indicador de status social.

No entanto, a chegada de tais ideias foi tão lenta quanto sua tradução em prática política foi parcial. Sob a Constituição outorgada pelo imperador em março de 1824, criaram-se uma Câmara dos Deputados e câmaras estaduais e municipais, todas nomeadas pelo voto censitário. O poder real nesses foros, porém, permanecia nas mãos da Coroa. Os ministros e presidentes de província eram indicados pelo imperador, os conselheiros de Estado gozavam de cargos vitalícios, e os senadores eram escolhidos pelo monarca com base em listas tríplexes apresentadas pelas províncias. Nesse modelo, o propósito das eleições não era formar um governo legítimo, mas oferecer sustentação política a um governo previamente determinado pelo imperador.

O empecilho à adoção do liberalismo residia em grande medida nas regras eleitorais. Podiam votar os homens com mais de 25 anos de idade (e oficiais militares maiores de 21 anos), nascidos livres e com renda mínima de 100 mil-réis anuais (exceto os clérigos). Na prática, portanto, votava apenas uma fração da população do país. Embora não existam estatísticas precisas daquele período, estima-se que, em meados do século XIX, cerca de 1 milhão de brasileiros (algo como metade da população masculina adulta livre) votasse. Quando a abolição da escravidão passou a se apresentar como uma perspectiva cada vez mais inevitável, o regime aprovou a Lei Saraiva, em 1881, para restringir o direito ao voto àqueles homens alfabetizados, numa sociedade em que as taxas de analfabetismo estavam avaliadas entre 80% e 85% da população. Acontece que, ao contrário do que ocorria em outras nações do mundo pós-colonial, não havia no Brasil um esforço maciço pela educação dos cidadãos, fenômeno que teria efeitos perversos sobre a construção republicana a longo prazo.

Esse desenho institucional concebido pelo Império ajuda a explicar por que o Brasil foi o último país independente das Américas a abolir a escravidão e também o último a declarar-se República.

A exclusão da maioria da população do processo político ajuda a entender ainda por que a proclamação foi resultado de um conchavo entre oficiais do Exército e representantes da oligarquia cafeeira de São Paulo, em vez de ser consequência de um movimento popular. Esse “pecado original da República”, na expressão do historiador José Murilo de Carvalho, daria origem a um sistema político repleto de bolsões de autoritarismo.

Sem dúvida, isso não quer dizer que faltasse na sociedade brasileira vigor cívico de cunho reformista. Como revela a historiadora Maria Tereza Chaves de Mello, a segunda metade do século XIX assistiu à proliferação de debates no espaço público sobre a urgência de mudanças inspiradas em princípios liberais. Esse caldo social teria cumprido uma função central para a erosão do Império e o nascimento da República. Isso dito, vale notar que o diapasão republicano permaneceu claramente limitado. Embora a Constituição republicana de 1891 estabelecesse eleições para governadores, prefeitos, câmaras estaduais e municipais, para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, a evidência histórica sugere níveis de corrupção endêmica análogos àqueles do Império. Além disso, mulheres e analfabetos permaneceram sem direito ao voto, e a maioria do eleitorado continuou analfabeta.

Já o socialismo nasceu no século XIX como ideologia voltada à transformação do indivíduo em sujeito da ação política em prol da redistribuição da riqueza e do poder político, com vistas a eliminar a pobreza, a exclusão e a desigualdade. Na América do Sul, o socialismo chegou com força à Argentina e ao Chile, mas não ao Brasil. Nem suas vertentes utópicas ou “científicas” produziram seguidores organizados antes da Primeira Guerra Mundial — o Partido Comunista do Brasil foi fundado em março de 1922 e, com exceção de um breve período logo após a Segunda Guerra Mundial, sua existência foi ilegal até 1985. Por que uma sociedade tão marcada pela desigualdade provou ser relativamente impermeável ao socialismo, uma das principais forças políticas da época? Não há uma resposta óbvia, mas é plausível supor que a exclusão da maioria dos cidadãos do processo eleitoral ajude a explicar o fenômeno. Outro motivo pode ser a formação algo tardia da organização sindical, que somente ganharia tração política mais tarde — nas greves de operários em São Paulo e no Rio de Janeiro em 1917 e 1918.

Isso dito, o Brasil da Proclamação da República foi receptivo ao anarquismo que aqui chegara principalmente pela mão de imigrantes italianos e espanhóis no fim do século XIX. A expressão local dessa agenda levou à formação dos primeiros sindicatos e às primeiras greves, sobretudo durante a Primeira Guerra Mundial e depois dela. A polícia reprimiu as manifestações com violência, e dezenas de “subversivos estrangeiros” foram presos ou deportados. Nasceu ali o estigma que marcaria quase toda a trajetória política do Brasil face a movimentos de protesto social durante o século XX, alimentando o ciclo de autoritarismo que alcançaria seu ápice nas décadas de 1930, com o varguismo, e de 1960 e 1970, com a ditadura militar.

R

323

DICIONÁRIO DA  
REPÚBLICA

REPÚBLICA  
NA ERA DA  
GLOBALIZAÇÃO

Assim, ironicamente, embora o socialismo não tivesse criado raízes profundas nem uma rede de atração ampla capaz de mobilizar setores importantes da política brasileira, acabou ajudando a compor o marco intelectual que guiaria o processo nacional durante quase um século. Da chamada Intentona Comunista de 1935 ao golpe dado pelos Estados Unidos na Guatemala (1954) e à Revolução Cubana, em Cuba (1959), sucessivas elites brasileiras alimentaram o que terminaria sendo o experimento profundamente antirrepublicano da Doutrina de Segurança Nacional. Com ela, o Brasil passou a integrar o grupo de nações latino-americanas que viveu e alimentou o processo de difusão autoritária, marca registrada da região durante toda a Guerra Fria.

Outro elemento importante foi a ideologia do racismo “científico”, que ganhou tração por meio de rankings classificatórios oriundos da disciplina de biologia, assim como da releitura de *A origem das espécies* (1859), de Charles Darwin (1809-82), e de autores como Ernst Haeckel (1834-1919), Henry Thomas Buckle (1821-62) e Cesare Lombroso (1835-1909). O racismo justificado em bases pretensamente racionais acabou se tornando um dos pilares do ordenamento político global no século XIX, o que deu vazão ao estigma e à hierarquização não apenas entre as nações como também dentro delas. O Brasil não fugiu à regra, adotando projetos variados de “embranquecimento” progressivo da população.

A expressão mais precisa desse projeto foi dada pelo então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, João Batista Lacerda (1846-1915), no I Congresso Internacional das Raças, em 1911: “O Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução”. A mestiçagem era apontada como causa do atraso nacional e como potencial fagulha de constante instabilidade política. Outra referência central desse período é Nina Rodrigues (1862-1906), com seu *Mestiçagem, degenerescência e crime*, de 1899. A incorporação das teses racistas globais aos centros de ensino e pesquisa no Brasil daria o tom durante décadas e marcaria a fundo as estratégias diplomáticas do Brasil republicano.

Por outro lado, transformações tecnológicas modificaram fundamentalmente o capitalismo ao longo do século XIX. Novas embarcações, redes ferroviárias e o telégrafo encurtaram distâncias, abrindo espaço para a globalização de bens, de pessoas e de informações, num processo que integrou de forma inédita o mundo de então. Pela primeira vez, os fluxos econômicos de fato se tornaram globais. Esse período coexistiu com a globalização das finanças, dos grandes bancos e de suas linhas de crédito,



estabelecendo um mercado novo de dívidas soberanas que movimenta a economia global até hoje. Essa mesma mudança tecnológica abriu as portas para uma segunda leva de migrações globais em massa: depois da transferência forçada de escravos africanos, o século XIX assistiu a intensos fluxos oriundos da Europa e da Ásia para a América Latina, em geral, e para o Brasil, em particular.

Constatou-se também uma proliferação de organismos internacionais, tais como a União Internacional de Telecomunicações, criada em 1865; a União Postal Universal (1874); e a Corte Permanente de Arbitragem (1899). Assuntos de governança global passaram a fazer parte do dia a dia da relação entre estados, cuja interdependência cresceria de maneira exponencial até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Embora o Brasil se mantivesse relativamente afastado desse mundo e protegido de boa parte desse arcabouço institucional global devido à distância geográfica dos principais centros econômicos globais e da vasta fronteira que separava suas capitais dos seus países vizinhos, o fato é que a circulação global de ideias produziu cisões no seio das elites brasileiras da época em relação a questões tais como a escravidão e a liberdade e, mais tarde, o feminismo e a participação política das mulheres. O fortalecimento de lobbies brasileiros nas áreas de educação, saúde, reforma penal e sufrágio feminino, assim como do próprio movimento antiescravocrata, é incompreensível sem levarmos em conta o papel da sociedade civil transnacional que ganhou forma em torno desses novos tipos de governança para além dos Estados nacionais.

O final do século XIX coincidiu também com a ascensão do regionalismo, a ideia segundo a qual a estabilidade e a afluência dos países são afetadas diretamente pelas regras formais e informais construídas pelos países vizinhos de determinada região. No caso brasileiro, o historiador Leslie Bethell apresentou detalhadamente quão distantes sucessivas gerações brasileiras se sentiam, nesse contexto, da América Latina ou da América espanhola. As diferenças de língua, cultura, laços com as metrópoles imperiais e, acima de tudo, formas de governo faziam com que a única monarquia no entorno regional dominado por repúblicas fosse excluída e preferisse se manter excluída.

No entanto, vale ressaltar quão relevante foi a busca por uma eventual identidade regional na formação e no desenvolvimento dos ideais republicanos no Brasil imperial. Não à toa, o “Manifesto republicano” de 1870 demandava, por exemplo, menos isolamento diante dos vizinhos imedia-

**R**

325

DICIONÁRIO DA  
REPÚBLICA

REPÚBLICA  
NA ERA DA  
GLOBALIZAÇÃO

tos e, em especial, dos Estados Unidos da América: “Somos da América e queremos ser americanos”.

A tarefa não seria fácil. As relações bilaterais do Brasil com seus vizinhos até a virada do século XIX eram quase inexistentes, com exceção dos países no Prata, onde o Brasil foi à guerra três vezes consecutivas — em 1825-8, contra as Províncias Unidas pelo controle da Banda Oriental; em 1851-2, em aliança com a província argentina de Entre Ríos e o Uruguai, contra o ditador argentino Juan Manuel de Rosas (1793-1877); e em 1864-70, contra o ditador paraguaio Francisco Solano López (1827-70), em aliança com a Argentina e o Uruguai.

A Guerra do Paraguai merece uma nota específica. Avalia-se que o Brasil tenha perdido pelo menos 50 mil homens em combate e outros milhares por doenças e ferimentos, parte relevante de um contingente de quase 150 mil homens enviados ao campo de batalha. O custo financeiro da guerra quebrou as contas públicas, que ficaram desequilibradas durante anos. Isso dito, o esforço de guerra estimulou indústrias-chave, como a do algodão e a de defesa, além de forçar a modernização do Estado, que se viu obrigado a recrutar, treinar, vestir, alimentar, transportar e equipar uma grande tropa dentro e fora do país. A guerra também agudizou as tensões sociais internas, sobretudo no período do pós-guerra, em que a desmobilização impôs dilemas sobre como gerir a situação de dezenas de milhares de veteranos.

Quiçá a mais relevante dessas mudanças tenha sido a atitude geral da sociedade brasileira em relação à escravidão. Aos milhares de escravos que participaram da guerra foi oferecida liberdade. Ao mesmo tempo, as forças pró-escravidão utilizaram a guerra como desculpa para retardar a abolição. Esse choque resultou na Lei do Ventre Livre, aprovada um ano após a derrota do Paraguai. A guerra ainda provocou acaloradas discussões entre conservadores e liberais a respeito do controle civil sobre as Forças Armadas. Como resultado desses dramas, proliferaram centros e clubes radicais e liberais, muitos deles próximos ao conde d'Eu (1842-1922), genro do imperador e comandante das tropas brasileiras no último ano da guerra, e defensor do argumento pelo fim da escravidão. Segundo Angela Alonso, quase 230 associações abolicionistas foram fundadas após a guerra. Manifestos reformistas em maio e novembro de 1869, penúltimo ano do conflito, propunham autonomia para o Judiciário, mandatos fixos para senadores, a redução dos poderes do Conselho de Estado, a emancipação dos escravos, a extensão parcial do direito ao voto, a eleição para presi-

dentes das províncias e o fim do Poder Moderador do imperador. Em 1870 formou-se o Partido Republicano. A Guerra do Paraguai também deu origem a Forças Armadas profissionalizadas e centralizadas, que passaram a aspirar a um lugar de destaque na política nacional. Elas seriam centrais no colapso do Império e no nascimento da República.

Quando os Estados Unidos convocaram a primeira Conferência Internacional dos Estados Americanos, em outubro de 1889, dando origem a um ambicioso processo de regionalização que transformaria para sempre as Américas, o Brasil manteve distância dos vizinhos latino-americanos. A República do Brasil apoiou o intervencionismo de Washington em assuntos regionais, como se viu durante o estabelecimento de um protetorado norte-americano em Cuba, em 1898; na separação do Panamá da Colômbia, em 1903; e com a mensagem do presidente Theodore Roosevelt (1858-1919) ao Congresso em dezembro de 1904: “Transgressões crônicas e uma impotência que resulta do afrouxamento dos laços com a sociedade civilizada podem demandar, na América, assim como em outros lugares, a intervenção de uma potência civilizada, e no Hemisfério Ocidental, [...] os Estados Unidos podem ser forçados, mesmo que com relutância, [...] a exercer o poder de polícia internacional”.

Embora a América Latina da época já desenvolvesse argumentos contra o intervencionismo ianque e buscasse a ele resistir por meio de uma bateria de novas normas de direito internacional, o Rio de Janeiro mantinha uma firme posição pró-americana. “Os países que não sabem se governar”, afirmou o barão do Rio Branco (1845-1912) ao jornal argentino *La Nación* em 26 de julho de 1906, “que não têm elementos suficientes para evitar as contínuas revoluções e guerras civis, que se sucedem sem interrupção, não têm razão de existir e devem ceder seu lugar a outra nação mais forte, melhor organizada, mais progressista, mais viril.” Durante quase toda a Primeira República, a diplomacia brasileira manteve essa postura. E, não à toa, enquanto Argentina, Chile, Colômbia, México e Venezuela se mantiveram neutros durante a Primeira Guerra Mundial, o Brasil se alinhou aos Estados Unidos para declarar guerra à Alemanha.

No nível das elites de política externa, a atitude nos estertores do Império em relação à República era de ceticismo. No caso do barão do Rio Branco e de Joaquim Nabuco (1849-1912), principais expoentes da diplomacia da República, por exemplo, o significante “república” era, ironicamente, associado à instabilidade e ao caudilhismo que eles entendiam ser a marca distintiva da expressão republicana na América do Sul. Em “Por

R

327

DICIONÁRIO DA  
REPÚBLICA

REPÚBLICA  
NA ERA DA  
GLOBALIZAÇÃO

que continuo a ser monarquista”, publicado no *Diário do Commercio* em 11 de setembro de 1890, Nabuco insistia em criticar as repúblicas vizinhas que aceitavam “desistir da liberdade para obter a ordem”. Para ele, o caudilhismo típico dos países vizinhos inviabilizava o nascimento de uma cultura realmente republicana, em que a coisa pública tivesse ascendência sobre os interesses particularistas daqueles grupos organizados para cooptar e saquear o Estado. Um ano depois, em seu *Agradecimento aos pernambucanos*, ele criticaria a obsessão de sua geração pela palavra “república”. Mais tarde, ao representar o Brasil republicano nas conferências pan-americanas, essa linguagem cairia em desuso, embora permanecesse firme a crença de que a forma republicana de governo, em sua expressão no entorno regional do Brasil, denotava instabilidade.

No entanto, o significado de “república” era outro para o amplo leque de associações populares, movimentos reformistas, grupos de ativistas negros, jornalistas, escritores e intelectuais da época. Tais grupos, tendo defendido princípios republicanos ainda durante o Império, encontraram na proclamação da República uma oportunidade para legitimar e avançar suas respectivas agendas. Nesse sentido, as transformações que deram fim à monarquia constituíram uma mola propulsora para a tarefa árdua de defender direitos iguais para toda a população brasileira diante de elites essencialmente conservadoras. Esse movimento reformista demandou significativa mobilização popular e ativismo para além dos círculos restritos da elite. Trata-se de um fenômeno que somente é compreensível no contexto de uma sociedade transformada pelas ideias e pelas forças políticas resultantes daquele período de intensa globalização.